



Simulado de Legislação Penal Extravagante – Lei 11.340/06: Maria da Penha
(CESPE/MPE-CE/2020)

01) Conforme a Lei Maria da Penha, caracteriza forma específica de violência doméstica e familiar contra a mulher a retenção de seus documentos pessoais, o que constitui violência patrimonial.

Comentário:

Violência Patrimonial

Entendida como qualquer conduta que **configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos**, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Gabarito: Correto.

(CEV-URCA/Prefeitura de Mauriti - CE/2019)

02) De acordo com a Lei Maria da Penha (11.340/2006) a conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, é classificada como violência moral.

Comentário:

Violência Moral

Entendida como qualquer conduta que configure **calúnia, difamação ou injúria**.

Gabarito: Correto.

(Quadrix/CRESS-GO/2019)

03) As legislações materializam e consolidam as conquistas de direitos na sociedade contemporânea. Sendo assim, julgue o item, relativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Estatuto do Idoso e à Lei Maria da Penha.

Suponha-se que Juliana, servidora pública da administração indireta, esteja em situação de violência doméstica. Nesse caso, para assegurar sua integridade física e psicológica, o juiz deverá determinar prioridade em sua remoção, considerando dispositivo previsto na Lei Maria da Penha.

Comentário:

Lei 11.340/06. Art. 9º. § 2º O **juiz** assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para **preservar sua integridade física e psicológica**:

I - acesso **prioritário à remoção** quando servidora pública, integrante da administração **direta** ou **indireta**;

II - **manutenção do vínculo trabalhista**, quando **necessário o afastamento** do local de trabalho, por **até seis meses**.

III - encaminhamento à **assistência judiciária**, **quando for o caso**, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união **estável** perante o juízo competente. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

Gabarito: Correto.

(CESPE/SEFAZ-RS/2018)

04) A autoridade policial deverá garantir que a mulher não tenha contato direto com o agressor ou com pessoas a ele relacionadas, salvo se por meio de familiares e testemunhas.

Comentário:

Lei 11.340/06. Art. 10-A. É **direito da mulher** em situação de violência doméstica e familiar o **atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino** - previamente capacitados. (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

II - **garantia de que, em nenhuma hipótese**, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas **terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas**; (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

Gabarito: Errado.

(FUNDATEC/PC-RS/2018)

05) Em relação à Lei nº 11.340/2006, julgue o item.

Deverá a autoridade policial remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.

Comentário:



Lei 11.340/06. Art. 12. Em **todos os casos** de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o **registro da ocorrência**, **deverá** a **autoridade policial** adotar, **de imediato**, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

III - remeter, no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

Gabarito: Correto.

(FCC/DPE-AM/2019)

06) Na definição da competência territorial para os processos cíveis regidos pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), tal como nela expressamente previsto, prevalece o critério do local do fato em que se baseou a demanda.

Comentário:

Lei 11.340/06. Art. 15. É **competente**, por **opção da ofendida**, para os processos **cíveis** regidos por esta Lei, o Juizado:

I - do **seu domicílio** ou de **sua residência**;

II - do **lugar do fato** em que se baseou a demanda;

III - do **domicílio do agressor**.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/PC-SP/2018)

07) Nos termos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é correto afirmar que é vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Comentário:

Lei 11.340/06. Art. 17. É **vedada** a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de **penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária**, bem como a **substituição de pena** que implique o **pagamento isolado de multa**.

Gabarito: Correto.

(FUNDEP/MPE-MG/2019)

08) De acordo com a Lei nº 11.340/2006, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida; na hipótese de requerimento pela ofendida, o Ministério Público deverá se manifestar antes da concessão da medida.

Comentário:

Lei 11.340/06. Art. 19. As **medidas protetivas de urgência** poderão ser concedidas pelo **juiz**, a requerimento do **Ministério Público** ou a **pedido da ofendida**.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas **de imediato, independentemente de audiência** das partes e de **manifestação** do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

Gabarito: Errado.

(FCC/TJ-MS/2020)

09) Quanto às medidas protetivas de urgência, correto afirmar que podem consistir na restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, dispensada manifestação de equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.

Comentário:

Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o **juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente**, as seguintes **medidas protetivas** de urgência, entre outras:

I - **suspensão da posse ou restrição do porte de armas**, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ;

II - **afastamento do lar, domicílio ou local de convivência** com a ofendida;



III - **proibição de determinadas condutas**, entre as quais:

- a) **aproximação da ofendida**, de seus familiares e das testemunhas, **fixando o limite mínimo** de distância entre estes e o agressor;
- b) **contato com a ofendida**, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- c) **freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida**;

IV - **restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores**, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - **prestação de alimentos** provisionais ou provisórios.

VI – **comparecimento do agressor** a programas de **recuperação e reeducação**; e (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)

VII – acompanhamento **psicossocial do agressor**, por meio de **atendimento individual** e/ou em **grupo de apoio**. (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)

Gabarito: Errado.

(Instituto Consulplan/MPE-SC/2019)

10) Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, conforme Lei n. 11.340/2006.

Comentário:

Lei 11.340/06. Art. 27. Em **todos os atos processuais, cíveis e criminais**, a mulher em **situação de violência doméstica e familiar** deverá estar **acompanhada de advogado**, **ressalvado o previsto no art. 19** desta Lei.

Gabarito: Errado.